



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS
DIVISÃO DE GESTÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS
EQSW 301/302, Lote 01 - Edifício Montes - Setor Sudoeste - Brasília/DF - CEP 70.673-150
www.mds.gov.br

OFÍCIO Nº 1067/2024/SNAS/DEFNAS/CGGTV/DGTV-SIGTV

Ao Senhor,

Luciano Libório Baptista Orsi

Prefeito Municipal de Campo Bom/RS

Av. Independência, 800 - 3º Andar - Centro

93.700-000. Campo Bom/RS

E-mail: gabinetepmcb@campobom.rs.gov.br;

C/Cópia

Ao Senhor,

Vanessa Sommer

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação de Campo Bom/RS

Av. Independência, 800 - Térreo - Centro

93.700-000. Campo Bom/RS

E-mail: gabinetepmcb@campobom.rs.gov.br;

Assunto: Resposta ao Ofício nº 106/2024.

Maurício Tarcon

Referência: Caso resposta este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 71000.024967/2024-19.

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o cordialmente, prestamos informações acerca do ofício em epígrafe, de 04 de novembro de 2024, referente à solicitação de prorrogação do prazo para transferência de recursos da Programação nº 430390520240002, alocados no Grupo de Natureza de Despesa - GND 3 (custeio), cuja beneficiária é a entidade Criança Cidadã.

De início, cumpre destacar que os recursos da programação são operacionalizados via Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV, e regidos pela Portaria MC nº 580, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as transferências de recursos pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, na modalidade fundo a fundo, oriundos de emenda parlamentar, de programação orçamentária própria e outros que vierem a ser indicados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Nos termos do art. 10, § 1º, da Portaria, "*nos casos de repasses da modalidade de incremento temporário cujas programações prevejam a execução por unidade referenciada, o gestor do fundo de assistência*

social deverá realizar a transferência dos recursos à conta corrente da beneficiária em até 90 (noventa) dias a contar do efetivo crédito na conta específica", podendo este prazo ser prorrogado a critério do Ministério.

Dessa forma, este órgão manifesta-se favorável ao pleito, sendo, portanto, concedido um prazo adicional de 90 (noventa) dias, para o Município envidar esforços e realizar a transferência dos recursos para a instituição beneficiada, a contar do recebimento deste, ressalvado, contudo, o disposto no § 3º, do mesmo artigo, no qual informa que "o não cumprimento do prazo estabelecido no § 1º ensejará o bloqueio dos recursos do cofinanciamento federal do Bloco de Financiamento dos Serviços a que se refira o incremento".

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se façam necessários, por meio dos telefones (61) 2030-1872 / 1922 / 1883 / 2986.

Atenciosamente,

Pablo Wanzeller Pinheiro

Coordenador-Geral de Gestão de Transferências Voluntárias



Documento assinado eletronicamente por **Pablo Wanzeller Pinheiro, Coordenador(a)-Geral**, em 18/11/2024, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **16172201** e o código CRC **406CC06B**.